

Conflitos Sociais*

Silvio Caccia Bava

Silvio Caccia Bava é sociólogo, diretor do Instituto Polis e membro do Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional).

Publicado em: 23/02/2005

O empobrecimento das pessoas está empurrando um setor cada vez maior da população para a vida nas favelas

Às vezes uma foto é muito mais eloqüente que um montão de palavras. Quem não se lembra das imagens de militares norte-americanos torturando presos no Iraque? Quem vai esquecer as imagens de homens, mulheres e crianças sendo agredidos por policiais em Anapu, no Pará; no despejo dos sem-teto agora em Goiânia e, pouco antes, nas ruas centrais de São Paulo? Estas imagens despertam nossa indignação. Elas mostram uma ação do Estado que, longe de garantir e defender os direitos sociais e o interesse público, defendem os interesses dos proprietários e, para isso, lançam mão de uma legislação que até hoje só garantiu o aumento da desigualdade e da pobreza em nosso país.

Nestes últimos dias o Brasil assiste à radicalização dos conflitos sociais, com mortos, feridos, muita violência, muitas prisões. A repressão se dirige aos movimentos dos trabalhadores sem terra, aos movimentos dos semteto, entre outros.

Não podemos aceitar as versões que criminalizam estes movimentos. Seus integrantes não podem ser presos, espancados, tratados como criminosos. Ao contrário, são estes movimentos que, ao reunirem os cidadãos privados de seus direitos em demandas por políticas públicas, canalizam as tensões sociais para o campo das negociações. Sem os movimentos sociais a violência no campo e na cidade cresceria enormemente, num enfrentamento entre milícias privadas e trabalhadores desesperados. Um risco sempre presente em face da situação que se agrava.

A principal razão dos conflitos é o acirramento da desigualdade e o aumento da pobreza, tanto no campo como nas cidades.

O Brasil é o segundo país do mundo em concentração da terra. Só o Paraguai nos supera. No Brasil, 1 % dos donos da terra detém 45% de todas as propriedades. Essa é uma herança histórica agravada durante a gestão do Governo FH (1995-2002), período em que se intensificou a concentração da posse da terra, expulsando milhões de trabalhadores de suas pequenas propriedades e do trabalho rural. A consequência foi o aumento da pobreza no meio rural, tanto do ponto de vista absoluto quanto relativo. Hoje, segundo a Cepal, 75% da população rural brasileira está abaixo da linha da pobreza.

Nas cidades ocorre o mesmo processo. Segundo o Censo de 2000 são 2.360.000 domicílios em favelas, em todo Brasil. 70% dessas favelas se concentram nas 32 maiores cidades do país. O empobrecimento da população está empurrando um setor cada vez maior da população para a vida nas favelas.

Na cidade de São Paulo, em 1973, os favelados eram 1 % da população; em 1980 eram 4 %, em 1990 eram 8%, em 2000 ultrapassam 10%. Um estudo feito pela Prefeitura e pelo Centro de Estudos da Metrópole identificou 2.018 favelas, com 378.863 domicílios para 1,16 milhão de pessoas.

De 1991 a 2000 surgiu uma favela a cada oito dias na metrópole paulistana, como resultado do desemprego e da redução de rendimentos que se abateu sobre os trabalhadores na década de 90.

Desde 1985, quando terminou a ditadura no Brasil, a nossa democracia não foi capaz de diminuir a desigualdade, de implementar políticas públicas orientadas para a melhoria de vida da população, orientadas para erradicar a pobreza. Onde estão as políticas massivas de geração de trabalho e de valorização real do salário dos trabalhadores? Onde estão as políticas de moradia popular, de saneamento básico? Qual o futuro que espera a nossa juventude?

A Constituição de 1988, em tese, garante direitos civis, sociais e políticos a todos os brasileiros e brasileiras. No entanto, os avanços nos direitos políticos, que garantem inclusive a participação direta de todos os cidadãos na definição das políticas públicas, o que atribui ainda maior legitimidade aos movimentos sociais, não foi acompanhada pela garantia dos direitos sociais. E a história nos ensina que estes direitos são uma conquista, fruto das mobilizações e das pressões.

A reforma agrária, a reforma urbana, a redistribuição da riqueza e da renda são urgentes, inadiáveis. E são essas demandas que os movimentos sociais colocam. Ainda bem que os movimentos sociais existem. Eles pressionam para que nossa democracia se torne efetiva, passe a tratar do interesse público, dos assuntos da política.